IV SEMANA DA DEMOGRAFIA

DEMOGRAFIA DOS INVISIBILIZADOS: FORTALECENDO PRESENÇAS QUE ESCAPAM

UNICAMP – 06 a 10 de abril de 2026

DIFERENCIAL DE RENDIMENTOS POR GÊNERO NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS: EVIDÊNCIAS DA DECOMPOSIÇÃO OAXACA–BLINDER COM DADOS DA PNAD CONTÍNUA 2024

Sabrina Nogueira Tavares[1]
Maiara Maria da Silva[2]
Silvana Nunes de Queiroz[3]

RESUMO

Este estudo analisa comparativamente o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, São Paulo, Florianópolis e Goiânia no ano de 2024. Utilizam-se microdados da PNAD Contínua e aplica-se a decomposição Oaxaca-Blinder em sua forma tripla, permitindo separar o hiato salarial em componentes explicado, não explicado e de interação. Os resultados evidenciam um padrão comum entre as cinco metrópoles: em Belém, Fortaleza, São Paulo, Florianópolis e Goiânia as mulheres apresentam maior escolaridade média e menor jornada semanal, mas recebem remunerações inferiores às dos homens. A parcela explicada do diferencial salarial é reduzida, e por vezes negativa, indicando que as características produtivas femininas tenderiam a diminuir o hiato. Em contrapartida, o componente não explicado concentra a maior parte da desigualdade em todas as regiões metropolitanas analisadas, sugerindo retornos diferenciados para atributos semelhantes. Apesar dessa convergência estrutural, observam-se diferenças na magnitude do diferencial: São Paulo e Florianópolis apresentam hiatos relativamente menores, enquanto Belém e Fortaleza registram desigualdades mais elevadas, com Goiânia ocupando posição intermediária. Ainda assim, o padrão de predominância do componente não explicado mantém-se em todas as regiões. Conclui-se que o diferencial de rendimentos por gênero nas metrópoles brasileiras decorre principalmente de diferenças nos retornos do trabalho e da segmentação ocupacional, persistindo mesmo diante do maior capital humano feminino.

Palavras-chave: Diferencial salarial por gênero; Mercado de trabalho urbano; Decomposição Oaxaca-Blinder; Regiões metropolitanas.

INTRODUÇÃO

A literatura de Economia do Trabalho tem documentado persistentes diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro, mesmo diante da expansão educacional feminina nas últimas décadas. Estudos empíricos indicam que parcela

[1] Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: sabrina.nogueira@urca.br
[2] Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: maiara.silva@urca.br
[3] Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: silvana.queiroz@urca.br

relevante dessas diferenças não pode ser explicada apenas por atributos produtivos observáveis, sendo frequentemente associada a mecanismos de discriminação salarial e segmentação ocupacional (Cambota; Pontes, 2007; Cirino, 2018; Leite; Sobreira, 2023).

O mercado de trabalho urbano brasileiro passou por importantes transformações recentes, caracterizadas pela elevação do nível educacional médio da força de trabalho, mudanças na estrutura ocupacional e reconfiguração das formas de inserção produtiva, especialmente após o período da pandemia de COVID-19. Ainda assim, a literatura aponta a manutenção do diferencial de rendimentos por gênero, sugerindo que o aumento do capital humano feminino não tem se traduzido proporcionalmente em retornos salariais equivalentes aos dos homens (Souza; Mariano; 2018; Leite; Sobreira, 2023).

A existência desse hiato pode decorrer tanto de diferenças nas características produtivas, como escolaridade, experiência e posição na ocupação, quanto de retornos diferenciados atribuídos a essas características. A abordagem de decomposição proposta por Oaxaca (1973) e Blinder (1973) permite separar o diferencial salarial em componentes explicados e não explicados. Enquanto o primeiro reflete desigualdades associadas a atributos observáveis, o segundo captura diferenças nos retornos, frequentemente interpretadas como compatíveis com discriminação no mercado de trabalho, embora também possam incorporar fatores não observados.

Além disso, o fenômeno apresenta heterogeneidade espacial relevante. Regiões metropolitanas concentram mercados de trabalho mais estruturados e diversificados, mas também exibem diferentes padrões de segregação ocupacional e formalização. A literatura nacional ainda carece de evidências recentes comparativas entre grandes metrópoles brasileiras utilizando dados pós-pandemia e decomposição tripla do diferencial salarial.

Diante desse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: em que medida o diferencial de rendimentos por gênero nas principais regiões metropolitanas brasileiras decorre de diferenças nas características produtivas ou de retornos diferenciados a essas características?

A hipótese central é que a maior escolaridade média feminina reduz a parcela explicada do diferencial salarial, mas não elimina a parcela não explicada, indicando persistência de desigualdades estruturais nos retornos do trabalho. Adicionalmente, espera-se que a magnitude do componente não explicado varie entre regiões metropolitanas, refletindo diferenças na estrutura ocupacional e no grau de formalização do mercado de trabalho.

O objetivo geral consiste em comparar o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, São Paulo, Florianópolis e Goiânia em 2024. Especificamente, pretende-se: (i) identificar o peso das características produtivas no hiato salarial; (ii) mensurar a parcela associada a retornos diferenciados; e (iii) comparar a heterogeneidade regional do fenômeno. Além desta introdução, o artigo apresenta a base de dados e estratégia empírica, discute os resultados obtidos e, por fim, apresenta as considerações finais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Fonte de dados e definição da amostra

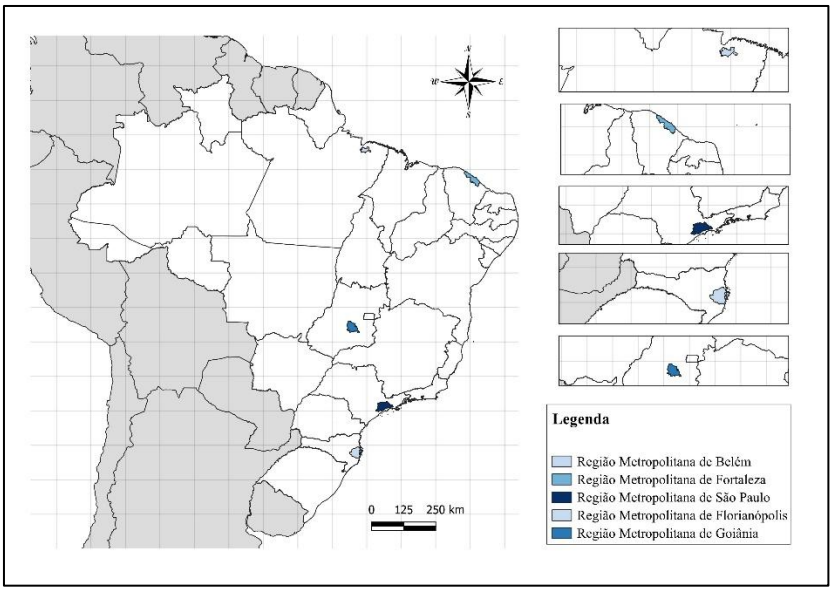
Este estudo utiliza os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) referentes ao ano de 2024. A PNAD Contínua constitui a principal pesquisa domiciliar brasileira sobre mercado de trabalho, fornecendo informações trimestrais sobre ocupação, rendimento, escolaridade e características sociodemográficas da população (Trovão; Araújo, 2021).

A análise restringe-se aos indivíduos ocupados residentes em áreas urbanas das regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, São Paulo, Florianópolis e Goiânia, com idade entre 14 e 65 anos e rendimento positivo no trabalho principal. Foram excluídos militares, servidores estatutários e trabalhadores não remunerados, devido às especificidades institucionais de remuneração dessas categorias e à ausência de comparabilidade salarial com os demais trabalhadores, seguindo procedimento semelhante ao adotado por Rebello (2018).

Os totais apresentados não representam o tamanho da amostra observada, mas a população expandida pelos fatores de ponderação da pesquisa. Todas as estatísticas e estimações econométricas utilizam os pesos amostrais da PNAD Contínua, de modo a garantir representatividade populacional.

O Mapa 1 foi elaborado com o objetivo de representar a localização espacial das regiões metropolitanas selecionadas no território brasileiro. Foram utilizadas bases cartográficas oficiais dos limites estaduais e nacionais, sobre as quais se procedeu à identificação e ao destaque das Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Goiânia, São Paulo e Florianópolis. As regiões de interesse foram destacadas por meio de diferentes tonalidades de azul, enquanto as demais áreas do território foram representadas em tons neutros, a fim de facilitar a visualização comparativa.

MAPA 1 – Localização das regiões metropolitanas brasileiras



Fonte: Elaboração própria.

Uma breve caracterização das Regiões Metropolitanas selecionadas para este estudo contribui para o entendimento para tal delimitação geográfica. A Região Metropolitana de

Belém se destaca como a segunda região metropolitana mais populosa do Norte brasileiro, concentrando aproximadamente 25% da riqueza do estudo e 29% da população de todo o estado do Pará (IBGE, 2022; Santos, 2017), e no Nordeste, a Região Metropolitana de Fortaleza é considerada a mais populosa do Norte-Nordeste e a sexta maior região metropolitana do Brasil, tendo como área de influência todo o território do Ceará e oeste do Rio Grande do Norte (IBGE, 2020); no Sul, a Região Metropolitana de Florianópolis é uma das regiões com melhor nível de qualidade de vida no país, com o maior IDH dentre todas as regiões metropolitanas e é um dos principais polos da indústria tecnológica do Brasil (IPEA; PNUD; FJP, 2019.), no Sudeste, a Região Metropolitana de São Paulo é a maior região metropolitana do Brasil, estando entre uma das dez mais populosas do mundo e o maior polo de riqueza nacional (Fundação Seade, 2014) e por fim, a Região Metropolitana de Goiânia no Centro-Oeste é a mais expressiva do estado de Goiás, contendo cerca de 35% de sua população total e 36,5% de seu PIB (IBGE, 2021).

Variáveis

A variável dependente é o logaritmo do rendimento do trabalho principal. As variáveis explicativas foram selecionadas com base na literatura de diferenciais salariais (Oaxaca, 1973; Blinder, 1973; Cambota; Pontes, 2007; Cirino, 2018) e incluem:

- **Idade:** proxy para experiência potencial no mercado de trabalho
- **Idade ao quadrado:** captura retornos não lineares da experiência
- **Escolaridade:** dummies para ensino médio completo e ensino superior completo
- **Posição na ocupação:** dummy para emprego assalariado
- **Horas trabalhadas semanais:** controle de intensidade laboral

As variáveis foram selecionadas por representarem características produtivas observáveis associadas à determinação dos rendimentos do trabalho.

Modelo econométrico

Para cada sexo foi estimada uma equação de rendimentos do tipo Minceriana:

$$\ln(w_i) = \beta_0 + \beta_1 \text{idade}_i + \beta_2 \text{idade}_i^2 + \beta_3 \text{educmedio}_i + \beta_4 \text{educsup}_i + \beta_5 \text{assalariado}_i + \beta_6 \text{horas}_i + \varepsilon_i$$

em que $w_i$representa o rendimento do trabalho do indivíduo i, $idade_i$corresponde à experiência potencial, $educmedio_i$e $educsup_i$são variáveis indicadoras de escolaridade, $assalariado_i$indica inserção no emprego assalariado, $horas_i$corresponde à jornada semanal de trabalho e $\varepsilon_i$representa o termo de erro aleatório.

O diferencial médio de rendimentos entre homens (A) e mulheres (B) foi decomposto por meio da decomposição Oaxaca-Blinder em sua forma tripla:

$$\bar{Y}_A - \bar{Y}_B = (\overline{X_A} - \bar{X}_B)'\hat{\beta}_B + \overline{X'}_B(\hat{\beta}_A - \hat{\beta}_B) + (\overline{X_A} - \bar{X}_B)'(\hat{\beta}_A - \hat{\beta}_B)$$

O primeiro termo representa a parcela explicada do diferencial salarial, associada às diferenças nas características produtivas entre os grupos. O segundo termo corresponde à parcela não explicada, refletindo diferenças nos retornos atribuídos às mesmas características produtivas. O terceiro termo representa o componente de interação entre características e retornos (Tillmann; Menezes; Brito, 2025).

As estimações foram realizadas no software R por meio do pacote *oaxaca* (Hlavac, 2014). A variável dependente corresponde ao logaritmo do rendimento do trabalho principal, permitindo interpretar os coeficientes em termos percentuais. A idade foi utilizada como proxy de experiência potencial (com termo quadrático) e as variáveis educacionais e de inserção ocupacional foram modeladas por variáveis indicadoras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Características produtivas e diferenciais de inserção no mercado de trabalho

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das características produtivas dos trabalhadores ocupados por sexo nas regiões metropolitanas analisadas. Observa-se que homens e mulheres possuem idades médias bastante semelhantes em todas as regiões, indicando níveis próximos de experiência potencial no mercado de trabalho. Esse resultado sugere que diferenças de ciclo de vida laboral não constituem o principal fator explicativo do hiato salarial,

convergindo com Cambota e Pontes (2007), que destacam a limitação da experiência potencial em explicar desigualdades persistentes de rendimento.

TABELA 1 – Características demográficas e socioeconômicas dos trabalhadores de 14 anos ou mais ocupados por sexo – RM de Belém, RM de Fortaleza, RM de São Paulo, RM de Florianópolis e RM de Goiânia – 2024

Região Metropolitana e Atributo	Homens		Mulheres	
	Média	DP	Média	DP
RM Belém				
Idade	40,96	13,23	40,96	13,25
Escolaridade	12,12	2,83	12,77	2,79
Horas de trabalho semanal	39,20	8,68	35,26	10,71
Rendimento do trabalho principal	3.252,86	4.907,15	2.432,99	3.403,80
RM Fortaleza				
Idade	41,09	13,51	41,54	13,41
Escolaridade	11,85	2,81	12,32	2,91
Horas de trabalho semanal	39,67	8,15	37,40	9,46
Rendimento do trabalho principal	3.014,56	4.217,90	2.258,00	2.725,39
RM São Paulo				
Idade	40,28	13,64	40,38	13,14
Escolaridade	12,62	2,87	13,21	2,84
Horas de trabalho semanal	40,60	8,68	38,11	9,96
Rendimento do trabalho principal	5.067,22	7.719,54	3.919,64	5.298,03
RM Florianópolis				
Idade	38,41	13,12	38,11	12,60
Escolaridade	12,84	2,94	13,40	2,88
Horas de trabalho semanal	40,35	6,94	37,72	9,50
Rendimento do trabalho principal	5.167,09	7.141,89	3.802,62	4.131,18
RM Goiânia				
Idade	38,87	12,99	38,64	12,99
Escolaridade	12,31	2,88	12,92	2,78
Horas de trabalho semanal	40,58	7,24	37,76	8,92
Rendimento do trabalho principal	**4.216,84**	**5.173,66**	**3.000,18**	**3.466,74**

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Em contraste, a escolaridade média feminina é sistematicamente superior à masculina em todas as regiões metropolitanas (Tabela 1). Esse padrão confirma evidências recentes de reversão do hiato educacional por gênero no Brasil e reforça o argumento de que a acumulação de capital humano feminino não tem sido acompanhada por retornos proporcionais no mercado de trabalho (Cirino, 2018; Leite; Sobreira, 2023). Dessa forma, caso os retornos às

características produtivas fossem equivalentes entre os sexos, seria esperado um diferencial salarial favorável às mulheres, o que não se verifica empiricamente.

A mesma tabela evidencia que os homens apresentam maior jornada semanal de trabalho. Embora essa diferença possa influenciar parcialmente os rendimentos, sua magnitude é insuficiente para justificar o diferencial salarial observado, sobretudo diante da maior escolaridade feminina. Ao investigar as desigualdades de gênero, raça e classe no trabalho de cuidados no Brasil, Jesus; Wajnman e Turra (2026) constataram que a escolaridade, embora reduza disparidades, não elimina por completo o impacto das desigualdades estruturais diante da perpetuação de ciclos de exclusão social e sobrecarga feminina.

Ainda segundo a Tabela 1, os rendimentos médios masculinos são superiores em todas as regiões metropolitanas. A coexistência de maior escolaridade feminina e menor remuneração sugere que o diferencial salarial não decorre predominantemente de atributos produtivos observáveis, mas de diferenças nos retornos atribuídos a esses atributos.

Segregação ocupacional e estrutura do emprego

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos trabalhadores segundo posição na ocupação por sexo. Os resultados evidenciam forte segregação ocupacional entre homens e mulheres nas regiões metropolitanas.

Destaca-se a elevada participação feminina no trabalho doméstico, sobretudo sem carteira assinada, enquanto a presença masculina nessa atividade é residual. Esse padrão indica segmentação estrutural do mercado de trabalho, na qual mulheres concentram-se em ocupações de menor remuneração e menor proteção social. Esse resultado é consistente com Sette; Coelho e Silva (2023), que demonstram associação negativa entre atividades domésticas e rendimentos do trabalho, particularmente para mulheres.

Observa-se também maior participação masculina nas posições de empregador e emprego formal com carteira assinada em diversas regiões (Tabela 2). Segundo Melo (2015), a estrutura da demanda por trabalho influencia diretamente os diferenciais de rendimento, uma

vez que ocupações e posições com maior poder de barganha tendem a apresentar maiores remunerações, mesmo para trabalhadores com características semelhantes.

TABELA 2 – Pessoas de 14 anos ou mais ocupadas no trabalho principal na semana de referência, segundo o sexo – RM de Belém, RM de Fortaleza, RM de São Paulo, RM de Florianópolis e RM de Goiânia 2024

Posição na ocupação no trabalho principal	Homens		Mulheres	
	Abs.	%	Abs.	%
RM Belém				
Doméstico com carteira	0	0	11.716	3,00
Doméstico sem carteira	2.489	0,53	62.337	15,95
Conta-própria	158.955	34,09	135.634	34,70
Empregado com carteira	202.361	43,40	120.103	30,73
Empregado sem carteira	85.280	18,29	50.146	12,83
Empregador	17.198	3,69	10.930	2,80
RM Fortaleza				
Doméstico com carteira	739	0,09	15.753	2,43
Doméstico sem carteira	5.648	0,70	76.604	11,83
Conta-própria	280.881	34,90	209.609	32,38
Empregado com carteira	342.669	42,58	219.227	33,87
Empregado sem carteira	143.299	17,81	113.905	17,60
Empregador	31.494	3,91	12.248	1,89
RM São Paulo				
Doméstico com carteira	4.187	0,07	201.525	4,46
Doméstico sem carteira	11.186	0,20	370.282	8,20
Conta-própria	1.779.799	31,12	966.216	21,40
Empregado com carteira	2.851.405	49,85	2.349.611	52,05
Empregado sem carteira	756.315	13,22	494.973	10,97
Empregador	316.967	5,54	131.480	2,91
RM Florianópolis				
Doméstico com carteira	949	0,27	8.602	3,36
Doméstico sem carteira	2.415	0,70	17.806	6,95
Conta-própria	113.055	32,70	63.158	24,65
Empregado com carteira	164.669	47,63	123.074	48,03
Empregado sem carteira	40.498	11,71	31.308	12,22
Empregador	24.126	6,98	12.296	4,80
RM Goiânia				
Doméstico com carteira	3.320	0,47	22.118	3,73
Doméstico sem carteira	3.959	0,56	63.057	10,63
Conta-própria	195.533	27,70	157.959	26,63
Empregado com carteira	343.903	48,72	257.254	43,38
Empregado sem carteira	99.668	14,12	67.123	11,32
Empregador	59.501	8,43	25.562	4,31
Brasil	**36.753.011**		**26.547.645**	

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Assim, os dados sugerem que parte da desigualdade salarial pode decorrer de mecanismos de segregação ocupacional horizontal e vertical, nos quais homens e mulheres se distribuem de forma distinta entre setores e posições hierárquicas. Esse resultado reforça a interpretação de que o hiato salarial é determinado não apenas por capital humano, mas também pela estrutura institucional do mercado de trabalho brasileiro.

Decomposição do diferencial de rendimento por gênero

A Tabela 3 apresenta a decomposição Oaxaca-Blinder do diferencial do logaritmo dos rendimentos entre homens e mulheres. Em todas as regiões metropolitanas, a parcela não explicada representa a maior parte do hiato salarial.

Esse resultado indica que as diferenças nas características observáveis – idade, escolaridade, jornada e posição na ocupação – explicam apenas uma fração limitada da desigualdade de rendimentos. A predominância do componente não explicado é compatível com a existência de retornos diferenciados para características produtivas semelhantes, conforme observado por Cirino (2018) e Leite e Sobreira (2023) para o mercado de trabalho brasileiro.

A parcela explicada apresenta, em alguns casos, sinal negativo (Tabela 3), indicando que a composição média das características femininas tenderia a reduzir o hiato salarial. Esse resultado está diretamente associado à maior escolaridade média das mulheres apresentada na Tabela 1. Portanto, se homens e mulheres recebessem os mesmos retornos às características produtivas, o diferencial de rendimentos seria menor do que o observado empiricamente. A decomposição por variáveis mostra que os retornos associados à experiência e à escolaridade diferem entre os sexos. Mesmo quando as mulheres apresentam níveis educacionais mais elevados, os retornos salariais são inferiores, sugerindo menor valorização do capital humano feminino. Tal resultado converge com a literatura nacional que identifica persistência de desigualdade salarial mesmo após controlar atributos produtivos (Cambota; Pontes, 2007).

TABELA 3 – Decomposição da diferença do logaritmo do rendimento entre homens e mulheres – RM de Belém, RM de Fortaleza, RM de São Paulo, RM de Florianópolis e RM de Goiânia – 2024

Região Metropolitana e Atributo	Componente	
	Parte explicada	Parte não explicada
RM Belém		
Intercepto	0	0,548
Idade (Anos)	-0,015	0,228
I(idade^2)	0,007	-0,104
Ensino médio	0,013	-0,051
Ensino superior	-0,139	-0,136
Emprego assalariado	0,029	-0,088
RM Fortaleza		
Intercepto	0	0,541
Idade (Anos)	-0,014	-0,546
I(idade^2)	0,007	0,395
Ensino médio	0,016	0,034
Ensino superior	-0,144	0,015
Emprego assalariado	0,020	-0,072
RM São Paulo		
Intercepto	0	0,248
Idade (Anos)	0,010	0,467
I(idade^2)	-0,019	-0,200
Ensino médio	0,028	-0,046
Ensino superior	-0,130	-0,061
Emprego assalariado	0,006	-0,081
RM Florianópolis		
Intercepto	0	0,137
Idade (Anos)	0,034	-0,100
I(idade^2)	-0,045	0,203
Ensino médio	0,017	0,021
Ensino superior	-0,096	0,006
Emprego assalariado	-0,003	0,008
RM Goiânia		
Intercepto	0	0,294
Idade (Anos)	0,007	0,701
I(idade^2)	-0,010	-0,288
Ensino médio	0,006	-0,067
Ensino superior	-0,095	-0,092
Emprego assalariado	0,004	-0,123

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua (IBGE, 2024).

Adicionalmente, observa-se heterogeneidade regional na magnitude do hiato salarial. Regiões metropolitanas economicamente mais estruturadas apresentam menor diferencial total, embora o componente não explicado permaneça relevante. Isso sugere que o desenvolvimento

econômico reduz parcialmente a desigualdade salarial, mas não elimina diferenças nos retornos do trabalho.

Portanto, a análise conjunta das Tabelas 1, 2 e 3 indica que o diferencial de rendimentos por gênero nas regiões metropolitanas brasileiras resulta simultaneamente de segmentação ocupacional e de retornos diferenciados às características produtivas, sendo este último o componente predominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo examinou comparativamente o diferencial de rendimentos por gênero nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, São Paulo, Florianópolis e Goiânia, utilizando microdados da PNAD Contínua de 2024 e a decomposição Oaxaca-Blinder em sua forma tripla.

Os resultados revelam um padrão estrutural comum às cinco regiões metropolitanas. Em Belém, Fortaleza, São Paulo, Florianópolis e Goiânia homens e mulheres possuem níveis semelhantes de experiência potencial e as mulheres apresentam maior escolaridade média, porém recebem salários inferiores. Consequentemente, a parcela explicada do hiato salarial é pequena e, em alguns casos, negativa, indicando que as características produtivas femininas tenderiam a reduzir, e não ampliar, a desigualdade.

A principal semelhança entre as regiões está na predominância do componente não explicado do diferencial salarial. Em todas as metrópoles analisadas, a maior parte da desigualdade decorre de retornos diferenciados às mesmas características produtivas, compatível com segmentação ocupacional e valorização desigual do trabalho entre os sexos.

As diferenças aparecem na intensidade do fenômeno: o hiato salarial é menor em São Paulo e Florianópolis, intermediário em Goiânia e mais elevado em Belém e Fortaleza, sugerindo influência do grau de formalização e da estrutura produtiva regional. Contudo, mesmo nas regiões economicamente mais dinâmicas, a desigualdade persiste.

A hipótese do estudo foi confirmada: a maior escolaridade feminina reduz a parcela explicada do hiato, porém não elimina a desigualdade salarial. Assim, políticas baseadas apenas na expansão educacional não são suficientes para promover igualdade remuneratória.

Como limitação, destaca-se que o componente não explicado não corresponde exclusivamente à discriminação, podendo incorporar fatores não observados. Pesquisas futuras podem incluir trajetórias ocupacionais e responsabilidades familiares para aprofundar a análise.

Em síntese, Belém, Fortaleza, São Paulo, Florianópolis e Goiânia compartilham um mesmo padrão estrutural de desigualdade de rendimentos por gênero, diferindo sobretudo na intensidade do hiato, o que indica que sua redução depende de mudanças estruturais no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro.

REFERÊNCIAS

BLINDER, Alan S. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. **Journal of Human Resources,** Madison, WI, v. 8, n. 4, p. 436-455, 1973. DOI: https://doi.org/10.2307/144855

CAMBOTA, Jacqueline Nogueira; PONTES, Paulo Araújo. Desigualdade de rendimentos por gênero intra-ocupações no Brasil, em 2004. **Revista de Economia Contemporânea,** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, v. 11, n. 2, p. 331-350, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S1415-98482007000200006

CIRINO, Jader Fernandes. Discriminação por gênero no mercado de trabalho: uma comparação do diferencial de rendimento entre homens e mulheres para os anos de 2002 e 2014. **Planejamento e Políticas Públicas,** Brasília, DF, n. 51, p. 221-253, 2018.

FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil da Região Metropolitana de São Paulo:** território e população – área. São Paulo, SP, 2014.

HLAVAC, Marek. Oaxaca: decomposição de blinder-oaxaca em R. **SSRN,** Amsterdam, 19 nov. 2014. DOI: http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2528391

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Rio de Janeiro, RJ, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022.** Rio de Janeiro, RJ, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto interno bruto dos municípios 2021.** Rio de Janeiro, RJ, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. REGIC – **Regiões de influência das cidades:** 2018. Rio de Janeiro, RJ, 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Radar IDHM:** evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/5a7c4091-c1df-47d5-8624-110c70f0e43b. Acesso em: 02 jul. 2026.

JESUS, Jordana Cristina de Jesus; WAJNMAN, Simone; TURRA, Cássio M. Trabalho invisibilizado do cuidado no Brasil: desigualdades de gênero, raça e escolaridade ao longo do curso da vida. **Revista Latinoamericana de Población,** Ciudad de México, v. 19, n. art. e202533, 2026. DOI: https://doi.org/10.31406/relap2025.v19.e202533

LEITE, Áydano Ribeiro; SOBREIRA, Diogo Brito. Gap de rendimentos por gênero no Brasil: o que mudou com a pandemia da covid-19. **Planejamento e Políticas Públicas,** Brasília, DF, n. 65, p. 9-45, 2023. DOI: https://doi.org/10.38116/ppp65art1

MELO, Luzia Maria Cavalcante. Determinantes dos diferenciais de rendimentos do trabalho: uma abordagem hierárquica para os estados brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos,** Juiz de Fora, MG, v. 3, n. 1, p. 68-84, 2015.

OAXACA, Ronald L. Male-female wage differentials in urban labor markets. **International Economic Review,** Hoboken, NJ, v.14, n.3, p.693-709, 1973. DOI: https://doi.org/10.2307/2525981

REBELLO, Felipe Loureiro. **Diferencial de rendimentos por gênero para o Brasil e Região Metropolitana de São Paulo nos anos de 2002, 2013 e 2015.** 2018. 81f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2018.

SANTOS, Tiago Veloso. Metropolização e diferenciações regionais: estruturas intraurbanas e dinâmicas metropolitanas em Belém e Manaus. **Cadernos Metrópole,** São Paulo, SP, v. 19, n. 40, p. 865-890, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-4008

SETTE, Ana Beatriz Pereira; COELHO, Alexandre Bragança; SILVA, Maria Micheliana da Costa. O trabalho doméstico contribui para explicar o diferencial salarial entre homens e mulheres? **Pesquisa e Planejamento Econômico,** Brasília, DF, v. 53, n. 3, p. 47-81, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ppe53n3art2.

SOUZA, Márcio Ferreira; MARIANO, Silvana. Percepções de cuidado e práticas de gênero de mulheres em situações de pobreza a partir de um recorte geracional. **Mediações – Revista de Ciências Sociais,** Londrina, PR, v. 23, n. 3, p. 164-194, 2018. (Dossiê – Gênero, Cuidado e Famílias). DOI: https://doi.org/10.5433/2176-6665.2018v23n3p164

TILLMANN, Eduardo A.; MENEZES, Gabrielito; BRITO, Verislaine Thaiz de Souza. Desigualdade de rendimento entre empreendedores rurais: um estudo de gênero com abordagens de decomposição. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 53., 2025, São Paulo, SP. **Anais...** Niterói, RJ: Anpec, 2025.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; SILVA JÚNIOR, Antonio Hermes Marques. **Por dentro da PNAD contínua:** uma introdução ao tratamento de dados usando R. Natal, RN: EdUFRN, 2022.